

3. SETOR DE ENERGIAS SUSTENTÁVEIS: IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE INSTITUCIONAL NA ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO

Deivison Souza Cruz

Rafael de Oliveira Fontes

Gustavo Mateus Ferreira

Charles Dias de Almeida

Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santos

Resumo

Governos subnacionais brasileiros assumiram, na última década, crescente papel na implementação de políticas de descarbonização, eficiência energética e transição energética. A capacidade técnica do aparelho administrativo, no entanto, não dialoga linearmente com a institucionalização que deveria sustentá-la, produzindo descompasso estrutural que torna a agenda vulnerável a choques eleitorais, decisões judiciais e reformas federais. Este artigo propõe marco analítico de quatro vetores — Capacidade Estatal, Institucionalização, Efetividade e Complexidade da Agenda, calibrados em escala 0–5 — e três indicadores derivados (Sustentabilidade Institucional, Hiato de Institucionalização e Lacuna de Proporcionalidade) para avaliar a prontidão institucional de governos subnacionais na consolidação de políticas de energias sustentáveis. O marco é aplicado ao caso do Espírito Santo em série histórica longa (1889–2026, nove períodos derivados emergentemente), calibrado por *benchmarking* propósito-específico de cinco experiências subnacionais (País Vasco, Nova York, Califórnia, Ceará e Bahia) e estendido em modelagem prospectiva de três trajetórias para 2026–2030. A análise documental cobre 481 atos do Diário Oficial Estadual codificados entre 2006 e 2026, com codificação tripla cega de 17 atos seminais validada por concordância razoável ($Kappa$ de Fleiss = 0,366). Os achados centrais demonstram que o Hiato entre Capacidade e Institucionalização atinge máximo histórico em 2025 após 137 anos de sedimentação cumulativa não-projetada; o Índice de Sustentabilidade situa-se em 0,57, abaixo do limiar de zona favorável; cinco denominadores transferíveis identificados nos *benchmarks* constituem instrumental operacional; e a janela operacional 2026–2030 admite três trajetórias cuja bifurcação se decide por cinco nós críticos endereçáveis em decisões executivas pré-eleitorais. O caso capixaba evidencia padrão estrutural subnacional brasileiro e produz quatro recomendações operacionais com responsável, prazo crítico, indicador de sucesso e proxy de custo declarada.

Palavras-chave: Análise Institucional Aplicada; Políticas Energéticas Subnacionais; Transição Energética; Institucionalização; *Benchmarking* Comparado.